

URBANISMO E PODER NO PORTUGAL DO SÉCULO XVIII

Margarida Calado

RESUMO

A nossa comunicação será dividida em duas partes. Na primeira, abordaremos o tema do absolutismo e do poder espiritual a ele associado e a sua relação com propostas urbanas de carácter áulico, com referência especial ao conjunto de Santo Antão do Tojal, mandado construir pelo patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, num local de passagem do cortejo régio quando se dirigia a Mafra. Faremos ainda breve referência a outros aspectos, como a inserção urbana do Palácio das Necessidades e as intervenções reais nas Caldas da Rainha, na década de quarenta.

Dedicaremos a segunda parte às influências do urbanismo iluminista de Lisboa, nos meados do século XVIII, em experiências igualmente ligadas a tentativas de afirmação do poder: nacional, em Vila Real de Santo António; pessoal, nos casos de Porto Covo, ligado à ascensão social de Jacinto Fernandes Bandeira, e de Manique do Intendente, ligado à afirmação da eminente figura política do reinado de D. Maria I.

URBANISMO E PODER NO PORTUGAL DO SÉCULO XVIII

A cidade, ou, de um modo geral, qualquer agregado urbano, ou apenas determinados sectores do mesmo, falam-nos da história dos homens que o habitaram ao longo dos séculos. E, se há agregados urbanos que se constituíram por razões de ordem económico-social e geográfica, outros existem que nasceram pela vontade expressa de homens que assim quiseram afirmar o seu poder.

Os exemplos escolhidos para a nossa comunicação - Tojal, Vila Real de Santo António, Porto Covo e Manique do Intendente - pertencem a esta segunda categoria, embora, como veremos, os factores socioeconómicos e geográficos também tenham estado presentes, e, em nossa opinião, esses agregados só sobrevivessem quando as duas situações se sobrepueram.

Apesar de se tratar de situações urbanas nascidas durante o século XVIII, é conveniente acentuar que o primeiro caso é contemporâneo de D. João V e está associado a uma concepção áulica do poder, enquanto os restantes são da segunda metade do século XVIII e todos posteriores à reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, que, no caso de Vila Real de Santo António e de Porto Covo, lhes serviu, directa ou indirectamente, de modelo.

A mais antiga das situações urbanas que abordamos é a de Santo Antão do Tojal, da iniciativa do patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida.

É conhecido o esforço político e diplomático de D. João V junto da Santa Sé, e a colaboração portuguesa na Batalha de Matapão, que teve como consequência imediata a criação do patriarcado de Lisboa, ainda em 1716. Instalada a patriarcal na Capela Real do Paço da Ribeira, pelo que o patriarca era igualmente capelão do rei, foi escolhido para o cargo o então bispo do Porto, D. Tomás de Almeida, filho do segundo conde de Avintes, doutorado em Cânones por Coimbra, que acumulava, desde o reinado de D. Pedro II, vários cargos de prestígio, entre os quais o de Deputado do Santo Ofício da Inquisição, em Lisboa, o de desembargador da Relação do Porto e o de desembargador da Casa da Suplicação e dos Agravos, cargos que acumulava com o de prior da freguesia de S. Lourenço, na Mouraria. Ainda no reinado de D. Pedro, ascendeu a secretário de Estado e chanceler-mor do Reino e, em 1707, foi sagrado bispo de Lamego, sendo dois anos depois transferido para a diocese do Porto, que ocupará até 1716. Todos os seus cargos estão ligados a obras de melhoramento, tanto na paróquia de S. Lourenço, como nas dioceses de Lamego e do Porto, sendo nesta de destacar o projecto de uma praça-maior, objecto de estudo da Dr.^a Marie-Thérèse Mandroux-França¹.

A escolha de D. Tomás de Almeida para o patriarcado de Lisboa, que culminará, em 1737, com a sua nomeação para cardeal, correspondeu a uma dignificação do cargo em íntima relação com as preocupações áulicas de D. João V.

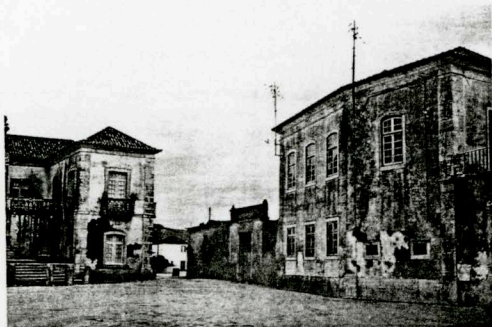
Apesar de não ter construído qualquer palácio em Lisboa, D. Tomás realizou obras importantes, quer na sua Quinta de Marvila, quer na propriedade de Santo Antão do Tojal, para além de ter patrocinado a construção da Igreja do Senhor da Pedra, em Óbidos, e a criação de uma nova freguesia em Lisboa, Santa Isabel, cuja Igreja também patrocinou.

Em Santo Antão do Tojal, existia uma quinta com palácio e igreja que tinham sido reformados em 1554, pelo bispo D. Fernando de Meneses e Vasconcelos. No século XVIII, os edifícios estavam em ruínas, pelo que D. Tomás decidiu não só reedificá-los, mas ampliar o palácio, construir um novo destinado a receber o rei na sua passagem para Mafra e criar uma praça, na qual seriam construídas «cazas para Camera, e tudo o mais que he prezisso para a fundação de huma villa...»².

Para as referidas obras, escolheu o arquitecto italiano António Canevari, cuja presença em Lisboa se situa entre 1728 e 1732, embora já em Roma estivesse ligado à corte portuguesa. É conhecida documentalmente a intervenção de Canevari nas obras do Palácio Real, de que se destaca a construção da torre de que fala Vieira Lusitano³, assim como a sua colaboração nos projectos iniciais do Aqueduto das Águas Livres, de que foi afastado por falta de entendimento com os engenheiros portugueses. É, no entanto, de sublinhar que as obras do Tojal se prolongaram para além de 1732, data em que Canevari deixou Portugal, pelo que foram continuadas por Rodrigo Franco, arquitecto que, ao serviço de D. Tomás, construiu a Igreja do Senhor da Pedra, em Óbidos, cujas características se encontram nalgumas das construções de Santo Antão do Tojal.



Santo António do Tojal - Igreja



Vista parcial do conjunto urbano de Santo António do Tojal

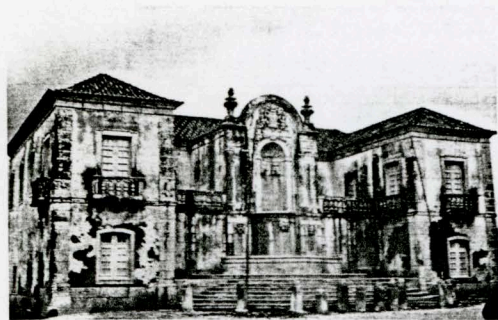
Numa perspectiva de história urbana, abster-nos-emos de falar de importantes transformações e da decoração azulejar, de grande significado neste conjunto. Assim, as principais obras realizadas foram a restauração da fachada da igreja, que, para além de capela do palácio, cumpria também as suas funções de igreja paroquial, pelo que a mesma fachada foi colocada no termo de uma nova via de acesso à povoação e enriquecida, apesar da concepção chã,

tradicional na nossa arquitectura, com estátuas de mármore importadas de Itália - Nossa Senhora da Conceição, Santa Isabel e S. João de Deus.

Para o lado direito, estende-se o muro da propriedade agrícola, enquanto à esquerda, criando certo efeito de surpresa, se abre então a praça ao longo da qual se desenvolve a fachada do paço episcopal, seguindo o projecto tradicional de um palácio de planta em U, ainda ao gosto do século XVII, e cujo pátio é fechado por um muro de pedra, como é tradicional no nosso país, mas, neste caso, articulado com a igreja através da torre (reconstruída após o terramoto). Além disso, em vez do muro simples, aqui encontramos um corpo baixo, coroado por um terraço, que tem ao centro, sobre o portão, na parte

que se vira para a praça, as armas do patriarca, enquanto no reverso está figurada, em azulejo, a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

No extremo da praça, foi construído de raiz - para o que foram adquiridas e demolidas casas existentes no local - o palácio-fonte, a peça de maior qualidade no conjunto, sobretudo pelo seu carácter cenográfico. Também de planta em U, o seu corpo central transforma-se numa fonte de



Santo António do Tojal - Palácio-Fonte

características monumentais, que cumpre uma dupla função: a ornamentação da praça ao gosto do barroco italiano e a dádiva da água à população, para o que foi necessária a construção funcional de um aqueduto a partir de Pintéus. Embora incompleto - não chegaram a ser construídas, do outro lado da praça, as casas da Câmara -, este é dos raros conjuntos urbanos da época de D. João V.

Não tendo chegado a ser construído o Palácio Real e Patriarcal, segundo projecto de Juvarra, em 1719, e tendo desaparecido com o Terramoto o conjunto da Praça da Patriarcal, projectado por Ludovice, das obras de dimensão urbanística levadas a cabo por D. João V, apenas subsiste o conjunto das Necessidades, obra da responsabilidade de arquitectos portugueses, como Custódio Vieira e, depois da morte deste, Eugénio dos Santos e Manuel da Costa Negreiros.

Aqui estamos também perante um conjunto de edifícios, de que fazem parte uma igreja, substituindo a antiga Ermida de Nossa Senhora das Necessidades, um convento e um palácio real e respectiva quinta.

As Necessidades foram a única intervenção urbanística barroca da responsabilidade de D. João V que chegou até nós, situando-se num ponto elevado, virado para o Tejo, com uma fachada dominada pela igreja, articulada em planos, que lhe dão uma configuração convexa. A igreja é a chave da composição urbana, ocupando um eixo que culmina numa fonte coroada por obelisco, símbolo solar tão ao gosto barroco.

Ainda na década de quarenta, e por razões de saúde, que se prendem também com a fundação das Necessidades, D. João V virou a sua atenção para as Caldas da Rainha, onde efectuou diversos melhoramentos, de que se destacam o novo edifício para a Casa da Câmara e Cadeia, chafarizes, a remodelação do Hospital e a construção da Casa da Convalescência.

A Casa da Câmara foi construída no já existente Rossio da Vila, no terreno fronteiro ao pelourinho, onde então se situavam as casas em que os reis ficaram instalados quando das suas primeiras deslocações, como a casa do desembargador João Proença (na esquina da actual Rua José Malhoa), que recebeu a rainha, e a de seu genro, António Lima, frente a esta, onde se instalou o rei¹. As obras foram da responsabilidade de Manuel da Maia, coadjuvado por Eugénio dos Santos e Pedro Gualter da Fonseca, e tiveram lugar em 1749-1750.

Quanto ao Hospital, substituiu o antigo, demolido a partir de 1747, e foi também da responsabilidade de Manuel da Maia. Situava-se na Praça Velha. A fachada monumental de dois pisos (aumentada no século XIX) articula-se em três panos, divididos por pilastras, sendo o central o mais rico na decoração das aberturas.

A Casa da Convalescença foi da responsabilidade de D. João V, embora só tenha sido terminada depois da sua morte. O seu arquitecto foi Rodrigo Franco. Sabe-se que se localizava no topo sul da Praça Velha, mas não abrangeria toda essa frente. De qualquer forma, os dois novos edifícios transformaram a aparência da antiga praça, dando ao conjunto hospitalar das Caldas um perfil setecentista.

E tal como noutras situações, a construção de chafarizes em diferentes pontos da vila obedece ao pressuposto iluminista de que o rei deve contribuir para o bem-estar dos seus súbditos, devendo prover ao abastecimento de água às populações, pelo que os chafarizes fazem parte integrante do equipamento urbano do século XVIII.

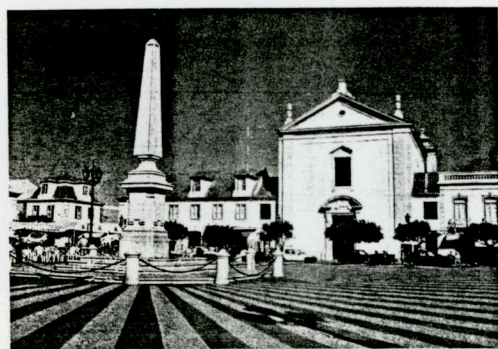
Bem diferentes são os casos posteriores ao terramoto de 1755, dois dos quais, como dissemos, tomam por modelo a reconstrução de Lisboa.

Vila Real de Santo António foi já sobejamente estudada por Horta Correia⁵. Trata-se de uma vila mandada construir em 1773, por ordem do marquês de Pombal, junto à foz do Guadiana, para proteger as pescas do Algarve face a uma colónia de pescadores

atalães e andaluzes instalada em Montegordo.

O projecto da vila deve-se ao arquitecto Reinaldo Manuel dos Santos, e a construção decorreu entre Março de 1774 e finais de 1776, graças a um processo de prefabricação já experimentado na Baixa lisboeta.

A planta é rectangular, com os lados maiores virados a nascente (Espanha) e a poente, e os menores a norte e a sul. Ao contrário de Lisboa, a praça [Marquês de Pombal] não se abre para o rio, mas é fechada. Em vez disso, vira-se para Espanha uma fachada de aparato, que tem ao centro o edifício da



Vila Real de Santo António
Praça Marquês de Pombal - Igreja e Obelisco

Alfândega e nas extremidades dois torreões simétricos⁶. Os edifícios são de dois pisos, com trapeiras, portas no piso inferior e janelas de sacada no tradicional andar nobre. A Alfândega destaca-se pelo portal rematado por frontão triangular, encimado pelas armas reais portuguesas.

O projecto original compreendia cinco ruas no sentido norte-sul e seis no sentido leste-oeste, todas de igual largura, que dividiam a vila em 41 quarteirões. Trinta destes são iguais, agrupando-se os restantes em volta da praça quadrada, que tem ao centro o obelisco a D. José, com uma inscrição comemorativa⁷. O lado norte da praça é céntrado pela igreja, cuja fachada plana é assinalada pelo portal e janelão, sendo a torre colocada junto à cabeceira. O lado nascente é ocupado pela Câmara e pelo Corpo da Guarda, também de dois pisos. Os dois outros lados são preenchidos por casas de habitação de dois pisos, com trapeiras. Nos cantos, quatro torreões de telhado duplo, de influência mardeliana, do Rossio de Lisboa.

O resto da vila é constituído por casas térreas, em que alternam porta e janela, mas concebidas em escala diferente da dos edifícios de dois pisos.

Vila Real de Santo António é um exemplo de aglomerado urbano racional, ao gosto iluminista, e constitui, depois da Baixa pombalina, o segundo caso de edificação de uma cidade a partir do nada. Construída pela vontade política do marquês de fazer face a Espanha, o aglomerado sobreviveu graças à sua actividade piscatória, que ainda se mantém.



Praça Marquês de Pombal
- Bloco Residencial Pombalino



Edifício da Câmara Municipal

Em 1882, sob a presidência de Jacinto José de Andrade, Vila Real antecipou-se às comemorações do centenário da morte do marquês de Pombal. Foi eleita uma comissão, da qual faziam parte comerciantes da cidade, e os festejos prolongaram-se de 6 a 8 de Maio⁸.

Vila Real de Santo António mantém, apesar do seu desenvolvimento, a estrutura urbana reticulada do século XVIII, embora os edifícios que aí vemos actualmente sejam, na sua maioria, dos séculos XIX e XX e se vejam cada vez menos as casas térreas. A cidade sobrevive, para além da pesca, de uma intensa actividade comercial que a torna procurada por inúmeros espanhóis, e do turismo que, sobretudo durante o Verão, enche as praias vizinhas de veraneantes nacionais e estrangeiros.

O segundo caso que consideramos é o de Porto Covo, povoação situada poucos quilómetros a sul de Sines. Cerca de 1780, apenas aí existiam quatro fogos, mas o local apresentava algum interesse, pois tanto a calheta de Porto Covo como o ancoradouro da ilha do Pessegueiro podiam ser utilizados para apoio a embarcações de pesca e comércio, desde que as condições do mar não fossem desfavoráveis. Talvez por isso merecesse o interesse do capitalista Jacinto Fernandes Bandeira, que, apenas com 23 anos, já se encontrava em Lisboa, iniciando, sob a protecção de Pombal, uma auspiciosa carreira de comerciante⁹.

É precisamente pelo Decreto de 31 de Maio de 1794, que o faz fidalgo cavaleiro da Casa Real, que sabemos que principiou uma povoação no sítio do Porto Covo, de que pode resultar muita utilidade ao comércio e transportes da província do Alentejo. E, dois anos mais tarde, em 1796, ao ser designado senhor de Porto Covo, o título é justificado por promover o estabelecimento e povoação do Porto Covo, em benefício da agricultura, da pesca e do provimento da corte¹⁰.

O plano da povoação, que é referido no Decreto de 1794 - cuja povoação se obrigou a concluir na conformidade do mapa que apresentou -, foi identificado por António Martins Quaresma com dois desenhos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com as legendas «Mappa da Configuração do Terreno e Porto Covo, que se pertede Habitar, e Cultivar e Planta da Nova Povoação do Porto Covo»¹¹. O segundo desenho está assinado pelo arquitecto Henrique Guilherme de Oliveira¹².

Este é filho de Joaquim de Oliveira, arquitecto das obras do Conselho da Fazenda (17 de Maio de 1780), medidor da Casa das Obras (4 de Janeiro de 1788), arquitecto dos

Faróis (1792)¹³, a quem é atribuída a fachada da Igreja das Mercês, em Lisboa¹⁴. Em 1789, Henrique Guilherme foi nomeado para substituir o pai nos seus impedimentos¹⁵ e, quando este faleceu, em 17 de Janeiro de 1803, pediu que lhe fosse dado o lugar paterno. Henrique Guilherme é ainda o autor de uma «Memoria em a qual se mostra o estado da real Valla de Alpiarça e sitios adjacentes, seu melhoramento e utilidades que delle resultam. Offerecido a S.A.R. o principe regente Nosso Senhor...», datada de 1800 e existente na Biblioteca da Ajuda; aí se intitula «architecto civil pelo mesmo Senhor». Trata-se de um volume in-4.º de 42 páginas e de um mapa da Vila Real de Alpiarça, desde a Chamusca até Porto de Muge.

Foi, portanto, um arquitecto formado com seu pai na reconstrução de Lisboa que Jacinto Fernandes escolheu para fazer o plano da nova povoação que queria construir de raiz em Porto Covo. É de salientar que o fundador de Porto Covo, apesar da sua origem humilde, está entre o grupo de capitalistas que edificaram o Teatro de S. Carlos¹⁶, dentro de uma estética neoclássica, para o que escolheram José da Costa e Silva.

A planta de Porto Covo mostra a situação do novo aglomerado bem junto à arribas. Tratava-se de um aglomerado regular, com planta rectangular, cujos lados menores se situavam a norte e a sul e os maiores, a ocidente e a oriente. Da malha reticulada das ruas, salientam-se duas praças, a do Poleirinho, junto ao porto, e a Praça do Mercado, que corresponde mais ou menos à actual praça. Na primeira, frente ao porto, situava-se a igreja, tendo por trás o hospital para inválidos e expostos. A outra praça abria-se para o campo, através de um semicírculo do qual partiam três ruas de acordo com um plano radiocêntrico. Tudo estava previsto: habitação, celeiro, armazém de carvão, estalagem, instalações para os armadores da pesca, edifício da Câmara e da Cadeia e Casa da Fazenda. Do lado do mar, o conjunto era protegido por uma cortina, que impedia que alguém se precipitasse da arribas e, ao mesmo tempo, funcionava como fortificação.



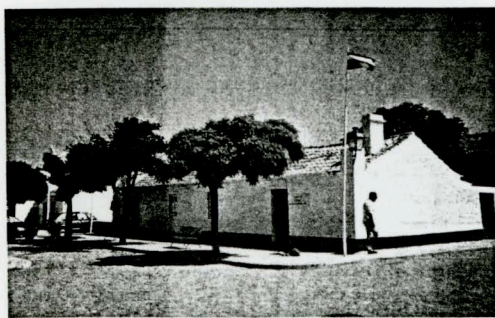
Porto Covo. - Praça Marquês de Pombal - Igreja

A actual povoação está muito longe de corresponder a este plano inicial. A implantação fez-se mais para o interior, fugindo aos inconvenientes da localização, muito exposta às intempéries, junto da arriba. Por outro lado, não devemos esquecer que os seus habitantes dividem a sua actividade entre o mar e a terra, ou seja, entre a pesca e a agricultura, daí ser mais lógica a implantação do interior para o litoral. Subsiste apenas uma praça fechada, o "quadro", situada à entrada da povoação¹⁷, e é na face sul desta que encontramos a igreja. Esta é de arquitectura sóbria, mas revelando intervenção erudita, com portal de cantaria com ombreiras salientes e coroamento em arco abatido, com chave apenas decorada com caneluras; o janelão é igualmente de moldura de cantaria, decorada com um círculo no remate superior de um arco igualmente abatido; no coroamento, dois pináculos e uma cruz. Evidenciando uma arquitectura popular, característica do litoral alentejano, a regularidade da praça, tal como a existência de torreões nos ângulos, imediatamente nos evoca a praça de Vila Real de Santo António, embora em versão mais modesta. As casas, com excepção dos ângulos, são térreas, construídas em taipa, e a cobertura de telha. Da praça partem três ruas quase paralelas, em direcção ao mar, terminando a principal - Rua Direita, hoje de Vasco da Gama - junto às arribas, onde ainda se encontra uma larga zona descampada, local da primitiva e nunca realizada Praça do «Poleirinho».

Julga-se que, depois da morte de Jacinto Fernandes Bandeira, os seus sucessores não terão acompanhado o crescimento da povoação, que, em 1850, apenas tinha 20 fogos, mas

já era *rendez-vous* de banhistas subalternos¹⁸. A memória do fundador perdeu-se e a praça denomina-se, injustamente, Praça Marquês de Pombal, numa homenagem ao político que apenas terá, em relação a Porto Covo, o mérito de ter criado condições que permitiram a ascensão de homens como Jacinto Fernandes Bandeira¹⁹.

No século XX, Porto Covo conheceu uma evolução significativa. As fotografias apresentadas no 3.º volume da *Arquitectura*



Praça Marquês de Pombal - Bloco de residências

Popular em Portugal mostram a praça como um terreiro onde crescem as ervas e, como se lê no texto, é notória «uma pobreza que não se pretende esconder».

Em 1969, Luís Pollanah ainda fala de um povoado com cerca de uma centena de casas de tipo alentejano, com telhado de duas águas, chaminé frontal e rodapé pintado de azul ou cinzento, sendo de dois pisos, no conjunto da povoação, umas escassas quatro casas²⁰. Por esta altura, já na praça existia o chafariz de quatro bicas com alguns bancos em volta, mas o local continuava a não ter animação, a não ser em dias de festa.

Actualmente, é bem diferente o aspecto da praça, pelo menos em dias de Verão. O chafariz é envolvido por uma zona ajardinada, e à volta da praça plantaram-se árvores e colocaram-se mais bancos. Num dos torreões do ângulo, junto à igreja, instalou-se uma pastelaria com esplanada. À volta da praça, as casas estão impecavelmente caiadas, com a sua barra pintada de azul, porque a actual Junta de Freguesia tem incentivado a sua pintura, fornecendo gratuitamente tintas a quem tenha a casa pintada de outra cor²¹. E Porto Covo, cujos habitantes continuam a dedicar-se à pesca, ganha nova vida graças aos turistas que procuram as suas praias, mas não perde a sua identidade de povoação alentejana, sendo o segundo centro populacional do concelho de Sines.

O último caso que devemos considerar é o de Manique do Intendente, diverso dos dois anteriores.

O carácter monumental de Manique deve-se à vontade de um homem, o polémico Diogo Inácio de Pina Manique, que a História ora nos mostra como execrável perseguidor dos afrancesados, ora elogia o protector das artes, o fundador da Casa Pia, o responsável pela iluminação das ruas de Lisboa²².

Nas propriedades de Alcoentrinho, chamadas, a partir de 1791, Manique do Intendente, Pina Manique projectou fundar uma povoação, com igreja paroquial, Câmara, pelourinho, casas para juizes e vereadores, e um palácio grandioso para si e para os seus descendentes.

A povoação passaria a vila, assim que alcançasse o número de 120 vizinhos.

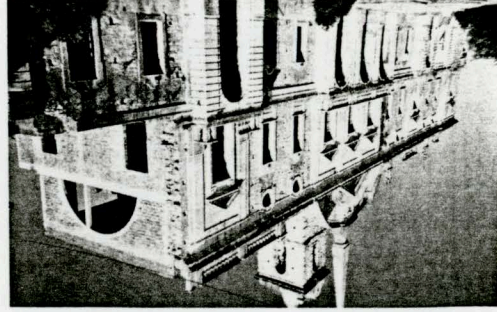
A Alcoentrinho chegaram famílias de colonos açorianos, que se fixaram no local chamado Ilhas, tendo alguns participado na construção das obras. Entre eles, Pina Manique distribuiu terras, sementes e alfaías.

A sua intenção era desenvolver economicamente a região, mandando instalar rapazes da escola fábri da Casa Pia, que tinham aprendido com Makbay, mestre no fabrico de lonas e brins, vindo expressamente de Inglaterra. Para valorização da sua máquina industrial, requereu a isenção de direitos alfandegários para todas as matérias-primas importadas para seu abastecimento e conseguiu proibir a importação de todos os produtos cujo fabrico incentivara. Pareciam, pois, criadas as condições para o desenvolvimento do concelho; restava urbanizá-lo.

As obras realizadas por Pina Manique abrangem dois núcleos: o da igreja e palácio e o da Câmara e casas dos vereadores.

O primeiro situa-se a norte da aldeia, paralelo à estrada que atravessa a povoação e se pretendia transformar numa via triunfal. A fachada é composta por um corpo central, que corresponde à igreja, e dois corpos laterais simétricos, correspondentes ao palácio. Esta associação imediatamente nos evoca Matra, numa dimensão mais modesta, mas ainda muito ambiciosa para o local. Esta fachada desenvolve-se em dois andares, tendo a igreja um nátex de três aberturas em arco de volta perfeita, sobre o qual corre uma varanda abalaustrada, comum às três janelas rectangulares, coroadas por frontão triangular, que compõem o segundo andar da igreja. Esta é rematada por frontão segmentar, no qual se inscreve um pequeno frontão triangular ao centro - evocando soluções maneiristas - e termina por um obelisco que lhe empresta carácter profano. O campanário que se avista por trás é um acrescento do século XIX, que não estaria previsto inicialmente.

Os corpos laterais subdividem-se em vários panos, tendo aquele que se situa junto à igreja dois andares de janelas de peitoril com moldura de cantaria recortada superiormente e, acima destas, óculos elípticos que também evocam Matra. Ao centro de cada um destes corpos, abre-se, de cada lado, um arco de volta perfeita, ladeado por pilstras rusticadas, salientes em relação ao plano da fachada, sobre o qual assenta uma balaustrada,



Manique do Intendente - Palácio e Igreja

correspondente a janela rectangular coroadada por frontão triangular. Do lado direito, a construção é interrompida a este nível, tendo apenas sido iniciado o piso inferior de janelas de peitoril. Do lado esquerdo, encontramos outro pano idêntico ao que ladeia a igreja e, na extremidade da fachada, repete-se o rusticado do piso inferior e a janela coroadada por frontão superior, composta que encontramos ainda no primeiro pano da fachada lateral.

O conjunto seria rematado por uma balaustrada animada por esculturas, algumas das quais se encontram no local, mostrando panóplias que recordam as dos torções da Praça do Comércio.

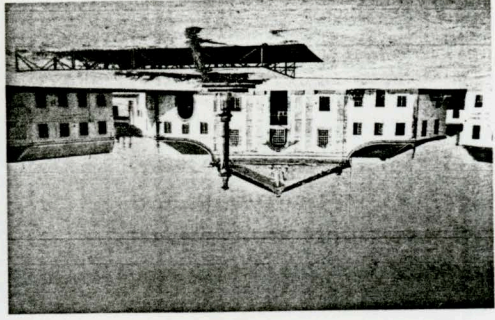
A igreja tem três portas rectangulares, sendo a central um pouco maior e coroadada por frontão segmentar, interrompido onde está colocada a pedra de armas: escudo partido em pala - na primeira cortada, Pina e Manique; na segunda, Andrade e Nogueira; timbre dos Pinas.

O segundo núcleo de Manique do Intendente é constituído pela Praça dos Imperadores, uma vasta praça praça circular, ao centro da qual se encontra o pelourinho, implantado em escadaria. Da praça partiram seis ruas, numa proposta de base radiocêntrica, designadas com nomes de imperadores - César, Justiniano, Augusto, Trajano, Sertório -, arruamentos que se presume seriam extensos, mas terminam com o próprio bloco de casas que os inicia, já que a aldeia se desenvolve anarquicamente em ruas tortuosas.

No topo norte da praça, situa-se o edifício destinado a Câmara, de dois pisos,

coroadado por frontão triangular assente em pilstras lisas, com as armas no timpano. Duas aletas ligam o corpo central aos laterais. O portal rectangular, associado pela cantaria ao janelão superior e ladeado por pares de pilstras lisas a toda a altura da fachada, constitui a parte mais notável do edifício. Este conserva interiormente a sua escadaria nobre, decorada com azulejos de tipo pombalino, que também se encontram nas salas, com tetos de massa decorados na parte central com brasões pintados.

Manique do Intendente - Praça dos Imperadores, com edifício da Câmara do Pelourinho



Os restantes edifícios da praça - dos quais o fronteiro à Câmara é de construção recente - apresentavam um piso inferior, em que alternava porta e janela, e janelas simples no piso superior, mas esta composição tem sofrido algumas alterações.

Os conjuntos arquitectónico e urbanístico de Manique do Intendente apresentam, salvo a igreja e a antiga Câmara, um aspecto de abandono, consequência da incapacidade dos descendentes de Pina Manique de acabarem o seu ambicioso projecto. O desenvolvimento industrial que o intendente pretendia para a região também não se concretizou. Estamos numa região agrícola - Arrifana deriva da palavra árabe Arrahana, que significa horta - ligeiramente afastada da grande via de comunicação norte-sul, onde a implantação de uma residência senhorial ligada a um grande aglomerado urbano se tornou um sonho utópico, que morreu com o seu promotor. A Praça dos Imperadores, ainda em terra batida, é apenas o local de festas da aldeia e a impressão que nos fica deste conjunto é de abandono e de vazio perante um projecto tão vasto²⁵.

Não é conhecido o arquitecto que realizou este projecto, cujas obras decorreram entre 1791 e 1800, embora António Lambert Pereira da Silva sugira o nome de José da Costa e Silva, o arquitecto de formação neoclássica que construiu, precisamente nesta época, o Teatro de S. Carlos²⁶.

Um outro nome anda ligado a estas obras: o de Joaquim Furtado de Novais, que entrou para a Casa Pia em 12 de Novembro de 1780, tendo partido para Roma, em 1785, juntamente com José Alves de Oliveira e João José de Aguiar, para estudar arquitectura, enquanto os seus companheiros se consagravam, respectivamente, à pintura e à escultura²⁷.

Regressado a Portugal em 1794, foi Joaquim Furtado contratado por Pina Manique para as suas edificações em Manique do Intendente, onde permaneceu até 1805, data da morte deste. No entanto, era já demasiado tarde para que pudesse ter sido o autor do projecto.

ANEXO I

BIOGRAFIA DE JACINTO FERNANDES BANDEIRA,

1.º BARÃO DE PORTO COVO BANDEIRA

Nasceu em Viana do Castelo, na Rua da Bandeira (nome que mais tarde acrescentaria ao seu apelido de Fernandes), em 28 de Abril de 1745, e faleceu a 20 de Maio de 1806.

Era filho de um artífice de nome Luís Fernandes e de sua mulher, D. Domingas Antunes. Sabe-se que veio para Lisboa muito jovem, iniciando-se com sucesso no comércio, visto que aos 23 anos já era considerado homem de negócio e, nessa qualidade, requereu, em 1768, carta de familiar do Santo Ofício, que lhe foi concedida em 10 de Fevereiro de 1769. Morava, então, em casa do capitão de navios Domingos Dias da Silva. A partir de então, a sua ascensão social seria, pode-se dizer, vertiginosa e acompanhada pela acumulação de uma considerável fortuna. Em 1774, obteve o hábito da Ordem de Cristo e, em 1792, o ofício de escrivão perante o Desembargo do Paço. Ainda nesse ano, foi nomeado deputado e inspector da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, assim como director da Companhia de Pernambuco e Paraíba; em 31 de Maio de 1794, recebeu a mercê de cavaleiro da Casa Real, em cujo decreto se diz:

«Os fundamentos com que S. Mag. foi servida despachar a Jacinto Fernandes Bandeira actual deputado da Real Junta do Commércio são os seguintes: por haver sido empregado em muitas importantes commissões do Real Serviço, de que deu conta com muita honra e desinteresse; ter gratuitamente offerecido os seus dois navios, denominados Santos Martyres e Santo António Olinda promptos e equipados à sua custa, para levarem tropas portuguezas à Bahia e porto de Rosas, e haver principiado uma povoação no sítio do porto Covo, de que pôde resultar muita utilidade ao comércio e transportes da provincia d'Alemtejo, cuja povoação se obrigou a concluir na conformidade do mappa que apresentou. Em remuneração de todo o referido, e por querer com esta graça honrar os grossos negociantes, que empregam os seus cabedaes em utilidade do Estado, houve por bem fazer-lhe mercê do foro de Fidalgo da sua casa com moradia ordinaria...»

A 24 de Janeiro de 1795, foi nomeado commissário da Marinha, com jurisdição muito ampla sobre tudo o que dizia respeito a provisões do arsenal e da frota nacional:

«O Príncipe nosso Senhor, attendendo ao distinto serviço que Jacinto Fernandes Bandeira lhe tem feito facilitando os meios mais adequados para o Arsenal da Marinha ser provido com a maior economia possível dos géneros e efeitos de que precisa, adiantando os seus cabedais para a compra dos ditos géneros nas primeiras mãos pela módica comissão de 3%, mostrando nesta incumbência o zelo com que tão desinteressadamente se emprega no Real Serviço; e para que com mais satisfação possa continuar com a mesma assiduidade e diligência tudo o que puder concorrer, para que os Reaes Armazens de Marinha sejam fornecidos com a possível comodidade e barateza, e com os géneros de melhor qualidade; foi servido nomeá-lo Comissário da Marinha para o fornecimento dos ditos Armazens; e esta Real Ordem foi comunicada ao Intendente dos mesmos por um aviso do Excelentíssimo Martinho de Melo e Castro, Ministro e Secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos...»

A partir de 13 de Junho de 1796, passou a ter o direito de usar o título de senhor de Porto Covo, em consideração da actividade com que promove o estabelecimento e povoação de Porto Covo, em benefício da agricultura, da pesca e do provimento da corte, e recebeu a Comenda do Forno do Paço do Concelho, na Ordem de Santiago, por uma vida.

Por Decreto de 14 de Novembro de 1802, teve a mercê da alcaidaria-mor de Vila Nova de Mil Fontes, em duas vidas, tendo pouco depois o título de conselheiro da Real Fazenda.

A 15 de Agosto de 1805, recebeu finalmente o título de barão de Porto Covo, em duas vidas.

Teve ainda várias comissões e empregos, como o de tesoureiro da Mesa da Santa Casa da Misericórdia e o de provedor da Real Companhia de Fiação e Tecidos de Seda.

Faleceu solteiro, legando a sua fortuna ao sobrinho, Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, filho de sua irmã, D. Maria Josefa Cristina Bandeira, casada com José da Costa, proprietário em Viana do Castelo. Este também faleceu sem descendência, tendo-lhe sucedido seu irmão, Joaquim da Costa Bandeira, que foi o 1.º conde de Porto Covo (brasão concedido por alvará de mercê nova, a 6 de Abril de 1821).

ANEXO II

FRANCISCO LUIZ LOPES, BREVE NOTÍCIA DE SINES, PATRIA DE VASCO DA GAMA, LISBOA, 1850 (REEDIÇÃO DE 1985)

Excertos relativos a Porto Covo:

Parte 2.^a

«Villa e Termo de Sines

Do norte ao sul o Concelho terá de extensão 4 e meia leguas boas. De nascente ao poente tem n'uns sitios 3 léguas, n'outros legua e meia.

.....
Dentro desta área ao sul, 2 leguas e meia da Villa, está o logarejo chamado - Porto Covo - sentado quasi á beira mar. Tem 20 visinhos. De todas as propriedades ahí sitas o directo senhorio é o Conde de Porto Covo.

Porto Covo é o rendez vous de banhistas subalternos.

Meia legua ao sul do Porto Covo existe uma Fortaleza arruinada por dentro.

Quasi defronte da dita Fortaleza, a um tiro de espingarda da costa, ha um ilhote (Ilha do Pecegueiro) inculto e agreste...

Veêm se ainda ahí as ruinas d'um Forte e de uma Igreja, e as cortaduras e macissos de uma especie de espaldão, ou de cousa que o valha».

ANEXO III

BIOGRAFIA DE DIOGO INÁCIO DE PINA MANIQUE

Nasceu em Lisboa, a 3 de Outubro de 1723, e faleceu na mesma cidade, na sua casa do Largo do Intendente, a 1 de Julho de 1805.

Formado em Leis pela Universidade de Coimbra, foi colaborador directo do marquês de Pombal.

Desempenhou vários cargos e comissões, como os de juiz do crime em diversos bairros de Lisboa (Castelo e Alfama), superintendente-geral de Contrabandos e Descaminhos, desembargador da Relação do Porto, desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação. Foi encarregado do recrutamento do Exército e do fornecimento de lenha para a guarnição de Lisboa, requisitada pelo conde de Lippe.

Após a queda do marquês de Pombal, foi nomeado intendente-geral da Polícia, cargo que acumulou com os de desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, contador da Fazenda, superintendente-geral dos Contrabandos e fiscal da Junta de Administração de Pernambuco e Paraíba.

Projectou realizar um vasto plano de fomento industrial e levar a todo o País o conhecimento científico e o desenvolvimento industrial. Tentou também aplicar à agricultura e pecuária novas técnicas de aproveitamento de terrenos.

Em 1781, começou a funcionar no Castelo de S. Jorge a Casa Pia, fundada por Pina Manique com o objectivo de recolher mendigos e órfãos, mas que se tornou numa importante instituição de ensino.

Foi demitido pelo regente D. João, a pedido de Napoleão Bonaparte, por ter afastado o seu representante em Lisboa, general Lannes, acusando-o de contrabando. Veio a falecer dois anos depois.

Casara em 8 de Dezembro de 1773, com D. Inácia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Matos de Andrada, nascida em 1749 e falecida a 10 de Outubro de 1808, filha legitimada do monsenhor da patriarcal, Nicolau de Matos Nogueira de Andrada, e de D. Ana Joaquina de Santa Teresa de Sampaio.

Foi por seu casamento que seu tio, o Dr. Diogo de Pina Manique, capelão fidalgo da Casa Real, instituiu em seu favor um morgadio constituído pelo chamado Prazo de Alcoentrinho, existente na antiga freguesia de S. Pedro da Arrifana.

Esta era constituída por três pequenas povoações - Alcoentrinho, Arrifana e Passal de S. Pedro - formando entre si um triângulo. Cada uma possuía a sua capela, mas, segundo a tradição, a sede foi no Lugar de Passal, pertencente à actual freguesia de Vila Nova de S. Pedro, em cuja capela estava a imagem de S. Pedro, que hoje se encontra na Igreja Paroquial de Manique do Intendente.

De posse das terras do Prazo de Alcoentrinho, Pina Manique conseguiu de D. Maria I o Alvará de 11 de Julho de 1791, pelo qual a rainha, como recompensa dos seus serviços, ordenou que Alcoentrinho se passasse a denominar Manique do Intendente e fosse «senhorio de solar para ele e para todos os seus descendentes sucessores de sua casa, intitulando-se todos Senhores de Manique, que sejam limites do Solar e Senhorio a freguesia em que está a dita povoação: que esta seja criada vila, servindo-lhe de termo a freguesia logo que nela houver cento e vinte vizinhos, devendo então haver Juizes e Vereadores aprovados na forma da Lei pelos Senhores do Solar: que da mesma sorte e com a mesma natureza seja anexo ao solar o Padroado da mesma igreja logo que estiver construída e nova.»

¹ Marie Thérèse Mandroux-França, Quatre phases de l'urbanisation du Porto au XVIIIe siècle in Colóquio / Artes, n.º 8, Lisboa, Julho de 1972

² Documento citado por José Fernandes Pereira, A Acção Artística do Primeiro Patriarca de Lisboa, Quimera, Lisboa, 1991, p. 48

³ A torre do Grão Canevari - Vieira Lusitano, O Insigne Pintor e Leal Esposo, Lisboa, 1780

⁴ Jorge Mangorrinha, A Arquitectura Caldense no Século XVIII in Terra de Águas, coordenado por Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993

⁵ José Eduardo Horta Correia, Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina, 3 vols., Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 1994

⁶ J. E. Horta Correia, Vila Real de Santo António levantada em cinco meses pelo Marquês de Pombal in Pombal Revisitado, II vol. Editorial Estampa, Lisboa, 1984

⁷ A El Rey D. José I, Augusto, Invicto, Pio, Restaurador das Armas, das Letras, do Commercio, da Agricultura, Reparador da gloria, e felicidade publica Clementíssimo Pay de seus vassallos Protector da innocencia Vingador Supremo da oppressão Conservador da paz publica, e Inimigo da discordia, o Commercio das Pescarias desta Villa Real de S. Antonio levantada em cinco mezes pelas Suas Reais providencias, e decretos, que com todo o zelo executou o Marquez de Pombal, da inundação do oceano, em que seculos antes esteve submergida, erigio este obelisco para perpetuo padrão do seu humilde e immortal reconhecimto Anno 1775.

⁸ José Carlos Mesquita, Vila Real de Santo António no primeiro centenário de Pombal in História, n.º 67, Maio de 1984.

⁹ Por serem muito variados os cargos por ele desempenhados, incluímo-los no anexo I.

¹⁰ António Martins Quaresma, Porto Covo - um exemplo de Urbanismo das Luzes in Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 2.ª série, vol. II, 1988.

- ¹¹ A.N.T.T., Casa Forte, E. 31, P. 7, M. 755.
- ¹² Foi publicado depois desta comunicação no volume III da *História da Arte Portuguesa*, dirigida por Paulo Pereira e editada pelo Círculo de Leitores em 1995 (pág. 232 e 315)
- ¹³ Sousa Viterbo, *Dicionário dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, vol. II, Lisboa, 1904.
- ¹⁴ José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, 1987, p. 190.
- ¹⁵ A.N.T.T., D. Maria I, *Registo de Mercês*, liv. 8, fol. 359: «...fui servido ...fazer mercê ao dito Henrique Guilherme de Oliveira para servir de architecto do Conselho da Fazenda na Fazenda nos impedimentos do sobredito seu Pay Joaquim de Oliveira, visto ser habil para o substituir em qualidade de architecto. Lisboa 19 de Agosto de 1789» (in Sousa Viterbo).
- ¹⁶ José-Augusto França, Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal in *Pombal Revisitado*, I vol., Editorial Estampa, Lisboa, 1984
- ¹⁷ Actualmente, já existe uma outra praça a esta ligada, onde se situa o moderno mercado e o posto de Turismo, que funciona também como biblioteca.
- ¹⁸ Francisco Luiz Lopes, *Breve Notícia de Sines, Patria de Vasco da Gama*, Lisboa, 1850 (reeditado em 1985, com introdução de João Madeira) - ver anexo II.
- ¹⁹ Apenas numa rua nova, correspondendo à expansão da freguesia, se vê a designação de Conde Bandeira e mesmo o nome de Bandeira, dado também à terra, desapareceu dos textos oficiais.
- ²⁰ Luis Pollanah, Porto Covo uma aldeia de lavradores - pescadores, *Geographica*, n.º 20, 1969
- ²¹ José Manuel Vilhena Charnequinho (director), *Porto Covo, Boletim Informativo da Junta de Freguesia*, Ano VI, n.º 20, Jan.º/1990 a Nov.º/1993
- ²² Tal como em relação a Jacinto Fernandes Bandeira, incluímos em anexo III o resumo biográfico de Pina Manique.
- ²³ António Lambert Pereira da Silva, Nobres Casas de Portugal, vol. III, Porto, Livraria Tavares Martins
- ²⁴ Hoje está aqui instalado um quartel da G.N.R.
- ²⁵ Não obstante, verifica-se algum esforço da Junta de Freguesia, quer na construção do bloco que fecha a Praça dos Imperadores, quer no próprio Palácio, que se tenta fechar na parte construída.
- ²⁶ António Lambert Pereira da Silva, op. cit., p. 113
- ²⁷ Cyrillo Volkmar Machado, Coleção de Memórias, Coimbra, 1922, pp. 24-25

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Maurício, e Fernandes, José Manuel, *O Homem e o Mar. O Litoral Português*, Círculo de Leitores, Setembro de 1987
- Afonso, Domingos de Araújo, e Valdez, Ruy Dique Travassos, Porto Covo de Bandeira (Condes - Viscondes - Barões) in *Livro de Ouro da Nobreza*, Tomo II, Braga, MCMXXXIII
- AA.VV., *Arquitetura Popular em Portugal*, 3.º vol., Zona 5 - Alentejo, 3.ª ed., Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988
- Charnequinho, José Manuel Vilhena (director), *Porto Covo, Boletim Informativo da Junta de Freguesia*, Ano VI, n.º 10, Jan.º/1990 a Nov.º/1993
- Correia, José Eduardo Horta, Urbanismo in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989
- Idem, Vila Real de Santo António in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989
- Idem, Vila Real de Santo António levantada em 5 meses pelo Marquês de Pombal in *Pombal Revisitado*, vol. II, Editorial Estampa, Lisboa, 1984
- Idem, *Vila Real de Santo António, Urbanismo e Poder na Política Pombalina*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento,

Universidade Nova de Lisboa, 1984

- Corte-Real, Manuel, *O Palácio das Necessidades*, Lisboa, 1983
- Costa, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. VII (Manique do Intendente), Vila do Conde, 1940; vol. IX, *Livraria Civilização*, Porto, 1947
- Costa, Luís Xavier da, *As Belas Artes Plásticas em Portugal durante o século XVIII*, J. Rodrigues & C.ª Eds., Lisboa, 1934
- Evolution de l'Urbanisme au Portugal. Exemples du passé. Point actuel. Perspectives de l'avenir. XXIe Congrès International de l'Habitation et de l'Urbanisme, Lisbonne, 1952
- Ferrão, Leonor, *Necessidades, Palácio, Convento e Igreja de N. Senhora das* in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989
- Idem, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, 2 vols., Dissertação de mestrado em História da Arte, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 1992
- França, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand, 1977
- Idem, «Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal» in *Pombal Revisitado*, I vol., Editorial Estampa, Lisboa, 1984
- Idem, *Pombalino, Estilo in Dicionário da Arte Barroca em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa, 1989
- Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Comp.ª, 1875
- Lopes, Francisco Luiz, *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*, Lisboa, na *Typographia do Panorama*, 1850, 2.ª ed. com introdução de João Madeira, Junho de 1985
- Machado, Cyrillo Volkmar, *Colecção de Memórias*, 2.ª ed., Coimbra Imprensa da Universidade, 1922, Subsídios para a História da Arte Portuguesa V
- Manique do Intendente in *Verbo - Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 12, Editorial Verbo, Lisboa, 1971
- Martins, F.A. d'Oliveira, *Pina Manique - O Político - O Amigo de Lisboa*, Lisboa, 1948
- Mangorrinha, Jorge, *A Arquitectura Caldense no Século XVIII in Terra de Águas*, Coordenação de Luís Nuno Rodrigues, Mário Tavares e João B. Serra, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, 1993
- Mesquita, José Carlos Vilhena, *Vila Real de Santo António no primeiro centenário de Pombal (1882) in História*, n.º 67, Maio de 1984
- Noronha, Eduardo de, *Pina Manique, O Intendente de antes quebrar...*, Porto, Livraria Civilização, 1923
- Pereira, Esteves e Guilherme Rodrigues, *Portugal, Diccionario Historico, Chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico*, vol. V, N - P, Lisboa, João Romano Torres e C.ª Eds.
- Pereira, José Fernandes, *A Acção Artística do Primeiro Patriarca de Lisboa*, Quimera Eds., Lisboa, 1991
- Polanah, Luís, Porto Covo uma aldeia de lavradores - pescadores, *Geographica* n.º 20, 1969
- Porto Covo da Bandeira (barões, viscondes e condes) in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa-Rio de Janeiro
- Quaresma, António Martins, Porto Covo - Um Exemplo de Urbanismo das Luzes, Separata dos *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2.ª série, vol. II, 1988, pp. 203-212
- Rodrigues, António José, *Manique do Intendente, Contributo para a Sua História e do Seu Povo, Etnografia, Lendas, Contos e Poesia*, Dezembro de 1982
- Santos, António Cristóvão, *Manique, Diogo Inácio de Pina in Serrão*, Joel (dir. por), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Livraria Figueirinhas, Porto, 1990
- Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VI, Editorial Verbo, Lisboa, 1982
- Silva, António Lambert Pereira da Silva, *Nobres Casas de Portugal*, vol. III, Livraria Tavares Martins, Porto, 1958
- Viterbo, Sousa, *Dicionário dos Arquitectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904